

28-10-2016 - ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO E CIENTÍFICO (CDC) DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TERAPIA FAMILIAR (ABRATEF) EM PIRENÓPOLIS – GOIÁS

No dia 28 de Outubro, às 14h, no Resort Pousada dos Pireneus, localizado na Chácara Mata do Sobrado, 80, Bairro do Carmo, Pirenópolis, Goiás dá-se início à primeira reunião do Conselho Deliberativo Científico da ABRATEF, Gestão 2016-2018, tendo como coordenadora Daniela Bertoncello de Oliveira (APRTF) e secretárias Danielle Doss Damo Martins da Silva (ACATEF) e Edna Malheiros (APETEF). Daniela abre a reunião dando as boas vindas e passa a palavra à Angela Baiocchi (ATFAGO) que saúda a todos em nome da regional anfitriã ATFAGO. Em seguida Daniela solicita que todas as alterações e/ou procurações dos Conselheiros sejam comunicadas. Silvana Silvestre da ATFAGO comunica que a Regional têm no momento 29 associados e com isso, terão apenas dois Conselheiros: Silvana Silvestre e Fernanda Machado, excluindo assim da lista de Conselheiros o terceiro nome: Sam Cyrous. Danielle Doss Damo Martins da Silva, da ACATEF, comunica que a Conselheira Débora Alt pediu desligamento do Conselho Deliberativo Científico e do cargo de segunda Secretária deste biênio e que a regional ainda não tem um novo Conselheiro. **Daniela Bertoncello de Oliveira coloca em aprovação o nome de Edna Malheiros para substituí-la como segunda secretária. O nome foi aprovado por unanimidade.** A coordenadora inicia a reunião aprovando a ata da 5ª Reunião do biênio 2014-2016, realizada em Gramado-RS, enviada anteriormente aos Conselheiros para leitura e ajustes. **Após aprovada por todos os presentes, apresenta a pauta da presente reunião:**

1) Abertura, verificação do quórum e assinatura de livro de presença dos Conselheiros; 2) Aprovação da ata da reunião ocorrida em Gramado - RS, em 09 de Junho de 2016; 3) Aprovação da pauta; 4) Apresentação dos Conselheiros eleitos para o biênio 2016-2018; 5) Prestação de Contas do XII Congresso Brasileiro de Terapia Familiar, realizado em Gramado em junho do corrente ano; 6) Apresentação da composição e das propostas da Diretoria Executiva da ABRATEF deste biênio e do XIII Congresso Brasileiro de Terapia Familiar; 7) Apresentação dos objetivos e do Plano de Ação do Conselho Deliberativo e Científico da ABRATEF deste biênio; 8) Definição do formato de trabalho no Conselho Deliberativo e Científico da ABRATEF neste biênio; 9) Cronograma das reuniões do biênio 2016-2018; 10) Retomada de pendência do biênio anterior, sobre a nova categoria de associado: profissional que trabalha com famílias, definindo os critérios de sua associação e as devidas orientações para as regionais; 11) Apresentação da Moção realizada pela Associada Maria Rita sobre a construção da Política Nacional de Saúde Mental no Brasil. (documento em anexo para ser lido, com antecedência, pelos conselheiros); 12) Apresentação do Plano de Ação de cada Regional para o novo biênio; 13) Assuntos gerais; 14) Considerações finais dos presentes sobre o trabalho da 1ª reunião do CDC. **Aprovada a pauta, foi realizada a apresentação dos Conselheiros eleitos para o biênio 2016-2018, dirigida pela coordenadora através de uma atividade prática onde cada conselheiro escreveu numa folha, uma característica pessoal e uma característica de sua Regional, enfatizando o que traz “na bagagem” para o CDC deste biênio; à medida que cada conselheiro se apresentou, colou sua folha na parede, formando um grande mural que foi fotografado ao final. **Concluídas as apresentações, Daniela Bertoncello de Oliveira passa a palavra à Maria Luiza Coradin (AGATEF), Tesoureira do XII Congresso Brasileiro de Terapia Familiar, realizado em Gramado nos dias 6, 7 e 8 de Junho deste ano, para a prestação de contas, informando que: 779 pessoas participaram do congresso ABRATEF-2016, sendo 703 do sexo feminino e 76 do sexo masculino; as despesas do Congresso totalizaram R\$ 382.267,48, sendo que a receita de patrocínios ficou em R\$20.851,00 e a receita de inscrições fechou em R\$ 598.419,67, totalizando um lucro de R\$ 237.003,19; o repasse de 30% para a ABRATEF será de R\$ 71.109,00. A AGATEF, responsável pelo Congresso respondeu aos questionamentos dos Conselheiros, quanto aos valores, categorias de participantes. Ao final da prestação de contas do congresso, Maria Luiza Coradin (AGATEF) foi parabenizada e aplaudida****

pelos presentes. A partir dos dados apresentados, a coordenadora Daniela Bertoncello de Oliveira comentou sobre a participação de 34 pessoas do estado de Minas Gerais, que poderiam ser contatadas pela ABRATEF com o objetivo da reativação da Regional. **A presidente da ABRATEF, biênio 2014-2016, Helena Centeno Hintz, apresentou o relatório de Avaliação do Congresso, ressaltando que apenas 45 avaliações foram preenchidas e entregues à comissão administrativa do Congresso. No geral, a avaliação foi favorável. Na sequência, a presidente da ABRATEF, biênio 2016-2018, Vera Risi, apresentou as propostas para este biênio:** ampliar e fortalecer a rede de terapeutas de família no Brasil; apoiar as regionais existentes e na abertura de novas regionais; maior visibilidade à ABRATEF utilizando as mídias; maior aproximação com os Institutos Formadores e apoio na divulgação dos eventos; maior aproximação com as Universidades; apoiar Ações Comunitárias e integração com as comunidades. Comentou sobre a importância de utilizar os recursos do site da ABRATEF, como atualização da rede, divulgação dos institutos e dos terapeutas, e sobre a participação na XIII Jornada Internacional “RELATES”, solicitando que seja citado o nome da ABRATEF, nos eventos realizados pelas regionais. A Conselheira Lucia Vinagre (ATF RJ) sugeriu que seja incluída no regimento Interno da ABRATEF a obrigatoriedade das regionais, de comunicar as exclusões e inclusões de associados, à ABRATEF. Ficou definido que a comissão de Estatuto irá analisar como esta situação poderá ser acrescentada e apresentará no próximo CDC para posterior votação, na próxima Assembleia, que ocorrerá durante o Encontro de Formadores, por ocasião da 3ª Reunião do CDC no segundo semestre de 2017. **Foi passada a palavra para a Conselheira Maria Cecília Baptista (ATF-RJ), presidente da Comissão Científica do XIII Congresso Brasileiro de Terapia Familiar, que solicitou a participação de todos os presentes na construção das temáticas a serem trabalhadas no Congresso de 2018, realizando uma atividade, através da divisão do grande grupo em pequenos grupos de discussões, que posteriormente compartilharam as idéias levantadas com posterior entrega dos resumos à conselheira Maria Cecília Baptista, que dará seqüência junto com sua equipe na construção e apresentação da proposta da grade científica do XIII Congresso.** A palavra retornou para a coordenadora do CDC, Daniela Bertoncello de Oliveira que apresentou parte do Estatuto da ABRATEF, aprovado em Gramado no mês de Junho de 2016, referente à função do Conselho Deliberativo Científico assim como parte do Regimento Interno da ABRATEF que também faz menção ao CDC, com o objetivo de situar os conselheiros sobre suas funções e o papel do CDC. **Dando prosseguimento à pauta, a coordenadora Daniela Bertoncello de Oliveira apresentou os resultados da “Sondagem realizada pela coordenação do CDC - Biênio 2016-2018”, com questões sobre as expectativas e sugestões para o trabalho do CDC neste biênio, enviada anteriormente à reunião e respondidas por 26 dos 41 conselheiros do CDC deste biênio, tendo por objetivo final a elaboração do plano de ação para o CDC. Apresentou então sua proposta para o plano de ação do CDC no biênio 2016-2018, sob sua coordenação:** Manter a cada reunião um espaço para que os Conselheiros compartilhem notícias de suas regionais, objetivando principalmente a troca de experiências do que vem dando certo e como tem sido feito, num formato claro, breve e criativo; Estabelecer uma grande Rede Colaborativa entre as Regionais, Associados e Conselheiros com a criação de uma rede científica, atuante a qualquer tempo entre a realização dos Congressos Brasileiros, permitindo que o movimento da Terapia Familiar se expanda e seja divulgado, através da participação direta dos Conselheiros e Associados. Para tanto sugere a criação de um Banco de Dados entre os conselheiros, com temas de interesse científico, que possam ser levados para as regionais colaborando com o seu crescimento científico e social; Retomar o tema da Formação, visto que foi estabelecida uma nova categoria de Associado Titular, denominada: Profissional de Prática com Famílias e necessitará de critérios mínimos para sua titularidade; Fazer uma revisão na categoria do Associado Titular Terapeuta de Família, em função dos avanços e as transformações as quais o terapeuta familiar está inserido; Manter o formato de trabalho através de comissões, oportunizando o trabalho com encontros presenciais. As comissões de trabalho deste biênio ficarão da seguinte forma, como permanentes: a) Estatuto e Regimento Interno, b) Histórico, c) Pesquisa e d) Editorial; e como especiais – e) Formação e f) Relações Internacionais, Nacional e Institucional, cada qual com tarefas específicas. **Em seguida apresentou o cronograma das reuniões do CDC para este biênio. A segunda reunião foi aprovada para os dias 31/03 e 01/04 de 2017, na cidade de Recife – PE, a terceira reunião será concomitante ao Encontro de Formadores e Multiplicadores em Terapia Familiar e Práticas com Família, em Setembro**

de 2017 e não tem ainda uma regional definida para organizar esse momento. A AMATEF, na pessoa de Eliane Alves irá discutir com sua diretoria e confirmar a possível organização. A APRTEF, na pessoa de Elza Artigas, ficará como segunda opção caso a AMATEF não possa receber este encontro. A quarta reunião será em Março de 2018 em Vitória-ES, organizada pela ATEFES. A quinta reunião acontecerá no XIII Congresso, no Rio de Janeiro, organizada pela ATF-RJ. Rosana Galina (APTF) sugeriu que na próxima reunião sejam iniciadas as inscrições e divulgação para o XIII Congresso. Ficou definido também que a ATF-RJ enviará, antes da próxima reunião, às Regionais, os valores de inscrição antecipada para o Congresso, para que os Conselheiros e suas Diretorias possam efetivar suas inscrições no próximo encontro do CDC, em Recife. Daniela Bertoncetto de Oliveira sugere que cada conselheiro faça um resumo do que foi tratado no CDC e repasse à sua diretoria e associados. Sobre as propostas apresentadas pela coordenadora Daniela, Ana Cristina Fróes (ATF-RJ) sugere a dinamização das comunicações entre as comissões e Regionais. Rosana Galina (APTF) comentou que as Newsletters, do site da ABRATEF, devem ser alimentadas com frequência. Daniela Bertoncetto de Oliveira sugere que no segundo dia de reunião, no horário em que as comissões estarão reunidas, que seja debatida a forma como cada comissão irá comunicar/divulgar os seus trabalhos. Eliete Belfort (APTF) levanta a dificuldade da comunicação como diferente da alimentação do site ou newsletters. Lucia Vinagre (ATF-RJ) acrescentou que, acredita ser importante a cada reunião do CDC ser definida uma tarefa principal e cada comissão deveria apresentar “como considera tal situação ou como resolveria tal problema”. Cynthia Ladvoat (ATF-RJ) concordou levantando as vantagens das discussões das comissões acontecerem presencialmente nas reuniões e não apenas virtualmente nos períodos entre as reuniões. Márcia Volponi (APTF) sugere que cada regional tenha pessoas colaboradoras nas comissões para ajudar as comissões a pensar e desenvolver as atividades. Maria Cecília Baptista (ATF-RJ) sugere que cada conselheiro poderia levar as questões das comissões e tratar na regional, trazendo o resultado para o CDC seguinte. Foi levantada por Lucia Vinagre (ATF-RJ), a dificuldade de comunicação entre os Institutos Formadores e suas Regionais, que do seu ponto de vista, devido às regras quanto à Formação, acredita que deveria haver a filiação dos Institutos Formadores, pois eles acabam não se sentindo representados pela ABRATEF. Fernanda Andrade (APETEF) colocou a sua percepção de que o CDC não promove uma integração das Regionais de forma a discutir as experiências e dificuldades de cada uma. A coordenadora Daniela levantou a necessidade de que a comissão de estatuto e regimento organize e instrumentalize a nova categoria de Profissionais de Prática com Famílias. Maria Luiza Munhoz trouxe a dificuldade encontrada na APTF quanto à aceitação de um novo associado não terapeuta familiar. Luiz Carlos Prado (AGATEF) acrescenta que o objetivo de ter acrescido mais uma categoria foi o de agregar todos os profissionais que têm seu trabalho associado às famílias. Sugere então que seja revista a questão das normas de exigência na formação. Ada Pelegrini (APTF) levanta a necessidade de repensar a formação de acordo com o contexto e atual cenário nacional da prática de família. Maria Cecília Baptista (ATF-RJ) coloca que o que precisamos é pensar quem somos e o que queremos ser, podendo ser o tema para o Encontro de Formadores. **Na sequência, Daniela Bertoncetto de Oliveira coloca em votação o plano de ação do CDC a partir das observações levantadas até então. Rosana Galina (APTF) faz um adendo de que a discussão acerca da formação deveria ocorrer primeiramente no grande grupo, com posterior discussão nas regionais, para depois serem feitas as discussões pela comissão responsável. Luiz Carlos Prado (AGATEF) comenta a urgência da discussão desta temática e sugere que no dia seguinte possa ser trabalhada num primeiro momento em pequenos grupos, podendo ser trabalhada num segundo momento pelo grande grupo do CDC. Ficou definido que os pequenos grupos irão conversar no horário do almoço do segundo dia de reunião, conforme os agrupamentos aleatórios que se formarem e estes irão compartilhar o que foi levantado pelo seu pequeno grupo na parte da tarde da reunião, fazendo com isso uma adaptação do fechamento desse item da pauta, que não se encerra neste período, conforme o planejado inicialmente. O plano de ação, com as devidas ressalvas, foi aprovado por unanimidade.** Os trabalhos do dia foram encerrados às 18h52”, com o retorno previsto no dia seguinte às 9h. **No segundo dia de reunião**, dia vinte e nove de Outubro do ano de 2016, às 09 horas, os Conselheiros do CDC da ABRATEF sob a coordenação de Daniela Bertoncetto de Oliveira, deram continuidade aos trabalhos, dando seqüência ao novo item da pauta apresentada no dia anterior, mesmo sem a conclusão do último item trabalhado no primeiro dia de reunião, referente à discussão da nova categoria de associado, que terá sua continuidade e finalização,

apenas no período inicial da tarde deste segundo dia, frente a uma tarefa ainda em execução dada ao grupo de conselheiros. **Foi dada a palavra então à Associada Maria Rita Seixas (APTF) para a apresentação da Moção que objetiva a inserção do terapeuta de família na Rede Pública** (anexo documento na íntegra), que teve o questionamento de Eliete Belfort (APTF) se este documento já estava aprovado para entender o que caberia aos conselheiros do CDC durante aquele encontro. Em seguida os Conselheiros puderam tirar dúvidas e tecer seus comentários acerca da Moção. Lucia Freire (APETEF) questionou sobre as demais categorias de terapeutas (psicodramatistas, psicanalistas dentre outras), que não estão inclusas no texto. Maria Rita (APTF) explicou que a ideia do documento começou com o Terapeuta de Família, numa comissão na APTF, e foi se ampliando. Neste momento no CDC, está solicitando o apoio da ABRATEF e a autorização para a utilização de sua logomarca, devido à sua importância enquanto Associação representativa desta categoria. A partir do momento que tiver o apoio das demais categorias, irá incluir na moção, que se tornará petição futuramente. Fernanda Andrade (APETEF) parabenizou a colega pela iniciativa, visto que pela sua experiência, também percebe a necessidade de tal movimento. Eliete Belfort (APTF) levanta a questão de que esse documento deveria ser feito por categoria. Ada Pelegrini (APTF) coloca sua preocupação de que este importante movimento não se transforme em uma luta por mercado, aprova o documento desde que se coloque a preferência para não termos um retrocesso. Rosana Galina (APTF) cumprimenta Maria Rita Seixas (APTF) pelo documento e sugere que o documento apresente também o trabalho que os terapeutas de família fazem e seja anexado, por exemplo, o currículo dos cursos de formação, visto que são completos para este fim. Em sua opinião a moção ficou muito centrada no trabalho do psicólogo. Maria Rita (APTF) informa que poderá incluir o curriculum do Terapeuta de Família, para não invalidar as demais aprovações. Eliane Alves (AMATEF) comenta que enviou o documento para a Secretaria da Saúde e Social da sua cidade, Cuiabá-MT, e que foi muito bem visto por estes órgãos. Em conversas com estas instâncias, sugeriu que seja criado um projeto de lei para esse trabalho. A partir disso, Maria Rita Seixas (APTF) solicitou que cada regional, em seu Estado pudesse apresentar este trabalho para reunir mais apoiadores através de suas logomarcas. Silvana Silvestre (ATFAGO) e Maria Cecília Baptista (ATF-RJ) parabenizaram e apoiaram a Moção. Ana Cristina Fróes (ATF-RJ) comentou que se disponibiliza em levar a discussão para a Universidade, apresentando nas aulas. Mara Lucia Rossato (AGATEF) comenta que o serviço público só tem a entrada de profissionais via concurso, e isso acontece via profissão. Lembra a necessidade de o Terapeuta de Família se tornar uma profissão. Acredita que a luta pela terapia de família é um movimento de política pública. Helena Centeno Hintz (AGATEF) gostou do trabalho, se disponibilizou a multiplicar essa Moção na sua regional e solicitou que a moção fosse reenviada as regionais. A presidente da ABRATEF, Vera Risi (ATF-RJ), parabenizou o trabalho de Maria Rita Seixas e comentou a importância de trazer como item de pauta esse relevante tópico para a discussão no grande grupo. **A coordenadora Daniela Bertoncello de Oliveira, encaminhando os trabalhos, solicitou que todas as Regionais discutam o documento e contribuam com sugestões para o movimento. Colocou em votação o apoio da ABRATEF para essa primeira etapa da Moção com a ressalva de que as considerações feitas durante o debate sejam incluídas e revistas. Dentre os presentes, houve 25 (vinte e cinco) votos a favor do apoio da ABRATEF à Moção nesta primeira etapa, com o compromisso dos presentes se engajarem e contribuir com as alterações por escrito para que sejam feitas as alterações no documento. Após o intervalo, a Coordenadora, dando sequência aos trabalhos, passou ao próximo item da pauta em que os conselheiros falam sobre suas Regionais.** A representante da ACATEF, Danielle Doss Damo Martins da Silva expõe sobre as atividades que têm sido desenvolvidas na regional, que conta hoje com 26 associados. Relata também a dificuldade financeira pela qual a Associação tem passado e quais as estratégias que estão planejadas para resolver esta questão. Luiz José de Menezes e Souza, da nova regional do Ceará (ACETEF), relatou que a Associação ainda não tem seu CNPJ ativo, portanto nenhum associado. A diretoria está trabalhando de forma informal para organizar a Associação e captar recursos e associados. Helena Centeno Hintz, Presidente da AGATEF, trouxe que a Regional comemorou aniversário de 22 anos de fundação com a organização do evento Ecos do Congresso com cinco conferências importantes que aconteceram no congresso, sendo gratuito para os associados e com uma pequena taxa para não associados. Ressalta que tiveram maior participação de não associados. Estão pensando em como melhorar a divulgação, fazendo melhorias no sistema de comunicações, organizando a programação para o Dia Internacional da Família no dia 15 de maio e uma Jornada

que é o Encontro da Associação Gaúcha de Terapia Familiar. Estão buscando associados mais jovens, que inclui novos associados e com vista a reativar os comitês de estudos com outros temas, tais como sexualidade, terapia de casal, drogadição, deixando em aberto para quem quiser abrir novos temas. Eliane Alves (AMATEF) relatou que estão com dificuldades para manter a regional, em função da estrutura e de poucas pessoas dispostas a fazer parte da Associação. Comentou que a Associação ainda está em estado crítico, por todo o seu histórico já relatado em outras reuniões e que muitas dificuldades ainda prevalecem quanto à sua estruturação, ao seu desenvolvimento e ampliação do rol de membros, em especial quanto à captação de novos associados, tendo como principal obstáculo o fato de que o Instituto Formador mais antigo não é local, mas de um outro estado e diretamente desestimula a associação de seus alunos junto a Regional AMATEF. Maria Luiza Munhoz (APTF) comenta que sua regional está focada em reconectar as redes de associados que estavam se afastando e estão realizando ações para ter mais associados, como eventos pontuais, de preços menores tais como Rodas de Conversas e Fóruns na própria sede, onde as pessoas expõem o que estão fazendo e tem a possibilidade de vender seus livros. Estão desenvolvendo clínicas sociais no interior do Estado, como Ribeirão Preto e Bauru. Como parte do programa da IX Jornada Paulista de Terapia Familiar haverá espaço para os alunos dos Institutos apresentarem seus trabalhos. Mantém ativo o trabalho do GEV (Grupo de Estudos da Violência). Tem feito também as reuniões com associados para que digam o que esperam da APTF; Pretendem ampliar a comunicação e o boletim passará a ser online; O Dia Internacional da Família será pensando como um momento que integre todos os Institutos. Daniela (Coordenadora) ressalta a importância do dia 15 de maio, dia internacional da família, para ser celebrado pelas regionais, principalmente as que estão começando agora, inclusive como uma oportunidade para que as regionais alicercem suas ações por ocasião dessa data comemorativa. Helena Centeno Hintz (AGATEF) acrescenta que o dia 08 de dezembro é o dia nacional da família. Elza Artigas (APRTEF) apresentou a diretoria atual da Associação. Comentou que a clínica social já realizou 538 atendimentos desde 2005 até o momento. Foi iniciado em abril o Grupo de Estudos Diálogos Científicos com o tema “Vínculo Conjugal: Processos de Apego & Infidelidade” que tem tido uma participação importante de associados; O Curso de Psicopatologia Sistêmica, como uma iniciativa da clínica social, tem seis módulos e é ministrado por um Psiquiatra e Terapeuta de Família. Os encontros de atualização se mantêm, sendo o último “Ecos do Congresso”, onde recriaram o clima Gramado, com direito a chocolate quente; Os projetos sociais: “Programa Preventivo e Terapêutico aos Cuidadores de Idosos”, coordenado pelos associados e com público do CRAS e o “Programa de Estimulação Cognitiva e Desenvolvimento das Potencialidades do Idoso” também com público dos CRAS, têm parceria com a FAS – Fundação de Ação Social; No Café Sistêmico, em agosto, trouxeram Maria da Gloria Cracco que realizou uma vivência com argila, sem honorários e sem custo ao associado, mas oportunizando durante esse encontro, o pagamento da anuidade; Evento “Pensando Famílias em Diferentes Abordagens”; O próximo evento terá como tema “Luto e Perdas na Família” em novembro de 2016. Além disso, a regional conta com parcerias como a do Instituto Formador de Londrina. Lucia Freire (APETEF) apresentou os objetivos e história da regional. Revela que estão com dificuldades em termos do número de associados. Pretendem iniciar trabalhos de intervenções na sede. Pretendem também incluir novos Institutos de Formação como parceiros da Regional. Atualmente a regional tem 157 associados, sendo 39 adimplentes. Expandiram sua comunicação nas redes sociais através de blog, facebook público e um facebook privado só para associados onde poderão postar textos. Foi realizado Café da Manhã com Conselheiros Fiscais e Convidados através das pessoas da APETEF. Realizaram parcerias e divulgações nos Institutos Formadores e outras instituições. Elaboraram um questionário para ouvir os associados e comunidade em geral, sobre o que esperam da APETEF. A proposta de trabalho dessa gestão é resgatar sócios antigos; recrutar novos sócios; estimular a participação de todos na Associação através de palestras, eventos e atividades; criar espaços de socialização entre os membros para trocas de experiências; criar e ampliar redes entre a terapia familiar e outras abordagens e serviços. Foi solicitado que a APETEF enviasse o questionário às demais regionais. Realizarão o Encontro Pernambucano de Terapia Familiar com o título "Resgatando Vínculos, Fortalecendo a Família" no dia 26 de novembro de 2016 em Recife, com terapeutas familiares de Pernambuco e sócios da APETEF; e em março de 2017 realizarão o XVI Simpósio Brasileiro de Terapia Familiar e a 2ª reunião do CDC. Márcia Candeias Perin (ATEFES) veio como participante e se diz encantada com o CDC, falou sobre a importância do CDC, afirmou estar saindo desta reunião com mais vontade e mais coragem. Comentou sobre o

movimento da Associação na busca por novos associados; realizaram Workshop e atividade sobre Suicídio, em parceria com a Universidade do Espírito Santo. A ATF-RJ, na pessoa de Ana Cristina Fróes (ATF-RJ), relata que contam com 280 associados. Apresentou a diretoria atual e os objetivos para este biênio. Procuram fazer e apoiar eventos em vários municípios do Estado. Estão implementando a Clínica Social. Solicitou que todas as regionais enviem seus eventos e programas para que possam divulgar aos seus associados. Mostrou os diversos eventos que organizaram e comentou sobre o Dia Internacional da Família como um movimento grande e importante para a regional. Convidou a todos para a participação no XIII Congresso de Terapia Familiar, que ocorrerá no Rio de Janeiro e que a ATF-RJ está empenhada na organização. Silvana Silvestre (ATFAGO) apresentou a diretoria do biênio. Atualmente estão com 69 associados. Organizaram o XV Simpósio Brasileiro de Terapia Familiar com um público de 110 participantes. A regional contratou uma secretária executiva para fazer recadastramentos e comunicações. Para 2017 realizarão o Curso de Extensão: Multiplicadores da Oficina de Parentalidade em Contextos Jurídicos e Oficina de Pais, em parceria com o Tribunal de Justiça. Pretendem também promover Rodas de Conversa com temáticas de família. Para encerrar a manhã, a associada da ATFAGO Valéria apresentou seu trabalho no “Projeto Bem Separadas” que acontece em Goiânia- GO. A coordenadora encerrou a reunião da manhã convidando os conselheiros para fazerem a foto oficial da primeira reunião do CDC e agendando o retorno do grupo à tarde para as 14h. **Após o almoço a coordenadora Daniela Bertoncetto de Oliveira abriu a reunião às 14h10” solicitando que as reflexões feitas nos pequenos grupos durante o almoço fossem colocadas para o grande grupo.** O grupo formado por membros da APTF, composto por Maria Luiza Munhoz, Márcia Volponi, Eliete Belfort, Ada Pelegrini e Rosana Galina, através de Maria Luiza Munhoz levanta as seguintes questões: quais os critérios para ser um Instituto Formador? Como haver uma aproximação entre os critérios da formação e das necessidades que esta população está solicitando? Acreditam que precisariam ser abertas novas categorias de associados. Uma das propostas foi de fazer uma pesquisa para ter clareza do que se faz na prática e das necessidades dessa população de profissionais, contextualizando quem é essa população. Para complementar, Rosana Galina, coloca a importância de estar junto às outras entidades que trabalham com práticas familiares para, a partir daí, pensar em como trabalham e como seria a sua inclusão na ABRATEF. Ada Pelegrini complementa que existem vários trabalhos brilhantes que são feitos por pessoas sem capacitação teórica para tal, e que os institutos formadores podem ampliar seus conteúdos de forma intra e transdisciplinariamente para atender a essas necessidades de capacitar profissionais eticamente. Ana Cristina Fróes fala em nome do grupo da ATF-RJ: Lucia Vinagre, Maria Cecília Baptista, Cynthia Ladvoat e Vera Risi, fazendo alguns questionamentos acerca da categoria dos Profissionais de Práticas com Família: será que deverão ser membros titulares? Como os institutos formadores poderão se adequar quanto a isso? Como seria o reconhecimento em termos de comprovação teórica deste profissional. E o associado colaborador, como ficaria seu papel? Lucia Vinagre complementou que deveria ter a organização a partir do questionamento: para que esse associado busca a ABRATEF? Essa seria uma pergunta de formação, de instituto e de pessoa. Expôs sua trajetória sobre como chegou à ATF-RJ, como exemplo do por que o Associado busca a Associação. Luiz Carlos Prado (AGATEF) colocou que o profissional que não tem uma origem profissional acadêmica pode ser beneficiado com a sua inclusão na ABRATEF no sentido da possibilidade de qualificar sua prática, com a aproximação do trabalho da Associação Brasileira de quem está diretamente ligado à prática famílias. Lembrando que agora se faz necessária a tarefa de estabelecer como será feita essa inclusão gradual. A coordenadora Daniela Bertoncetto de Oliveira lembrou que a exigência estatutária é de que esse profissional seja de nível superior. O grupo formado por membros da AGATEF representado em sua fala por Mara Lucia Rossato, em nome de Ieda Dorfman, Suely Teitelbaum e Helena Hintz levanta que seria necessário instituir um tempo mínimo de prática com famílias e regularizar afinal, de que tipo de prática estaria se falando. Colocou também que nesta questão isso não fica necessariamente vinculado com um instituto formador. Fernanda Andrade (APETEF) sugeriu que na medida em que os profissionais de práticas com famílias fossem chegando para se associar seria importante fazer um questionário para reconhecer que profissional é esse, acolhendo e encaminhando. Lucia Freire (APETEF) a partir de seu grupo de discussão, na mesa dos Presidentes, questionou se há a possibilidade desse profissional não ser categorizado como Titular, mas ter outra categoria diferente. Também questionou sobre o valor de anuidade que seria cobrado desta nova categoria. Neste momento da reunião, os conselheiros da APTF: Maria Luiza Puglisi Munhoz, Márcia Volponi, Eliete Belfort,

Ada Pelegrini e Rosana Galina despedem-se do grupo, retirando-se antecipadamente do término da reunião, por motivo de horário do seu retorno aéreo. A coordenadora solicitou que o grande grupo se divida em três pequenos grupos para refletir conjuntamente, discutir a temática e levantar questões de relevância em relação à: a) Instituições e Institutos Formadores, b) Profissional da nova categoria da ABRATEF e c) CDC/ABRATEF. Lembrando que as Universidades estão contempladas no primeiro grupo, considerando-as como Instituições Formadoras. Após o trabalho em grupos, a coordenadora Daniela Bertoncello de Oliveira inicia convidando o grupo que tratou das questões da nova categoria de profissional para apresentar suas considerações. Luiz Carlos Prado (AGATEF), como representante, citou primeiramente: quem seriam os profissionais desta categoria, levantou aqueles que trabalham com práticas corporais, mediação familiar e de casais, oficinas de pais, cursos das Universidades, profissionais que trabalham em CAPS (Centros de Apoio Psicossociais), profissionais que estão à frente de práticas em comunidades. Pensaram que há a necessidade de estabelecer alguns parâmetros de como os cursos poderiam ser examinados e validados, e de quanto tempo de prática seria necessário. Com isso acreditam que haverá um movimento de acomodação de forma gradual. As regionais teriam que adaptar os nomes de suas associações e os eventos deveria ter abrangência para esse público. Ana Cristina Fróes (ATF-RJ) lembrou que teríamos que trazer essa nova categoria de associados sem descuidar dos associados titulares terapeutas de família. Elza Artigas (APTRF) complementou que este é um momento de adaptação para o futuro ajuste e crescimento. Ieda Dorfman (AGATEF) comentou as situações que acontecem frequentemente na AGATEF, e questiona quanto às reclamações acerca do trabalho de algum profissional que estaria nesta categoria, ou seja, quem seria o responsável por esta categoria, visto que o Conselho Regional não se responsabiliza pela prática com famílias nas várias categorias profissionais, como por exemplo, engenheiros, arquitetos, etc. Luiz José de Menezes e Souza (ACETEF) levanta a questão de que a ABRATEF, desta forma, vai acabar por legitimar o profissional de práticas que não as devidamente, originadas por via acadêmica, reconhecidas. Helena Centeno Hintz (AGATEF), seguida por Maria Cecília Baptista (ATF-RJ) argumentam que esta não é a função da ABRATEF, pois tal função de fiscalização e legitimação faz parte do Conselho Regional de cada profissão. Lucia Vinagre (ATF-RJ), representando o grupo de Instituições e Institutos, comentou que o grupo fez alguns questionamentos: quem seria esse profissional? Para isso deveria se estabelecer o tempo de prática, o tipo de prática e com quem foi feita essa prática. Quais os requisitos que deveriam ser exigidos? Critérios orientadores? Quais as práticas? A reflexão básica seria: “a ABRATEF quer esse profissional e não esse profissional quer fazer parte da ABRATEF”. Precisa haver um contorno para que haja forma. Seria necessário formar uma rede. A terceira exposição foi de Suely Teitelbaum (AGATEF) que representou o grupo da ABRATEF/CDC sugerindo que deveria haver a comprovação de um tempo mínimo para a prática, ainda não determinado. Apontou que as práticas deveriam ser fiscalizadas pelos órgãos de cada profissão. Alertou que este profissional teria direito a voz e voto. Que sua anuidade deveria ter o mesmo valor dos titulares terapeutas familiares e que ele poderia ser presidente de sua Regional, da Nacional e Coordenador de CDC. Cynthia Ladvocat (ATF-RJ) fez um relato histórico de como surgiu a terapia familiar, ressaltando seu início com os Assistentes Sociais e que esta é uma forma de ampliar a terapia familiar e não segregar. Reforça que o papel de fiscalização é dos Conselhos Profissionais e que a ABRATEF tem o papel de congrega profissionais no sentido de pertencimento. A coordenadora Daniela Bertoncello de Oliveira relembra a importância do estatuto da ABRATEF como norteador dos princípios e lê a finalidade e os objetivos da ABRATEF. Mara Lucia Rossato (AGATEF) lembra a importância de ter claro quais as práticas que serão consideradas. Luiz José de Menezes e Souza (ACETEF) questionou como ficaria a ABRATEF caso a decisão de incluir essa nova categoria profissional não seja acertada, por exemplo, se haveria possibilidade de voltar atrás. Luiz Carlos Prado (AGATEF) responde com a brincadeira de que em caso de não dar certo, sendo a ABRATEF tomada pela nova categoria, haveria a possibilidade de romper e formar uma nova associação. Como sugestão Luiz Carlos Prado (AGATEF) sugeriu que a partir deste exercício de “brainstorming” cada Conselheiro discuta com sua regional e veja qual é a realidade específica no seu contexto, para trazer à ABRATEF. **Ficou definido como tarefa para o próximo encontro do CDC que as regionais reflitam sobre isso e tragam casos práticos de como conciliar esses diferentes profissionais, em forma de relatório para ser entregue e apresentado na reunião.** A coordenadora sugeriu que a partir da solicitação que surgiu nas sondagens e o fato de vários conselheiros saírem da reunião antes do horário final, **que o horário das próximas reuniões do**

CDC pudesse ser alterado para sexta das 9h às 19h e aos sábados até as 13h. O grupo aceitou e ficou definido que será feita essa experiência a ser novamente votada na próxima reunião, em Recife. A presidente da ABRATEF Vera Risi pediu a palavra para solicitar a todos os Conselheiros que respondam os e-mails enviados por parte da ABRATEF para facilitar a comunicação. Maria Cecília Baptista (ATF-RJ) parabenizou o trabalho da Coordenação na organização do Plano de Ação, e considerou que os trabalhos das Comissões não devem parar, sugerindo então que os Conselheiros até a próxima reunião, já decidam qual a comissão que desejam participar e enviem antecipadamente para a coordenação. Complementa ainda com a sugestão de se deixar maior tempo na carga horária da próxima reunião: para a regional trazer suas questões de dificuldades que precisam ser solucionadas pela ABRATEF e para as discussões acerca do assunto iniciado neste encontro sobre a nova categoria de associado. Os trabalhos da coordenação foram elogiados por todos os presentes, principalmente nos quesitos organização e objetividade. Para o encerramento desta primeira reunião do CDC a coordenadora Daniela Bertoncello de Oliveira agradeceu à Presidente da ATFAGO Silvana Silvestre pela acolhida e organização da reunião, propiciando finalmente ao grupo o momento de avaliação do encontro, seguido de sorteio de um brinde (livro) entre os participantes que permaneceram até o fim da 1ª Reunião do CDC. A reunião foi encerrada às 16h47.

Daniela Bertoncello de Oliveira
Coordenadora CDC – Biênio 2016-2018

Danielle Doss D. M. da Silva e Edna Malheiros
Secretárias CDC – Biênio 2016-2018